

*7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO

- Escolhas de Procedimento Prévio

3.1. Aquisição de Equipamento Informático

3.2. Aquisição de Material Didático

3.3. Aquisição de Mobiliário

Ponto 4. **EDUCAÇÃO**

. QUEIMA DAS FITAS // 2012

- Apoio a Estudantes Oriundos do Concelho

Ponto 5. **CULTURA**

. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXVIII ANIVERSÁRIO

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. Instituto Pedro Hispano

- Escola de Referência Desportiva de Xadrez

6.1. Campeonato Distrital de Jovens

6.2. Campeonato Nacional de Jovens

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

**Ponto 7. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

- . RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Freguesia de Soure
- . Remodelação da Rede de Distribuição de Energia de Soure
  - Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Ponto 8. URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

- . PROLONGAMENTO DE REDE
- . Pedrógão do Pranto - Troço da EM 621
  - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

**Ponto 9. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO, EMISSÁRIO DE FIGUEIRÓ/BELIDE E CONCLUSÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE MARACHÃO
- . Construção de PT
  - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

**Ponto 10. SERVIÇOS MUNICIPAIS**

- Aquisição de Equipamento Informático
- 10.1. Ajuste Directo
- 10.2. Adjudicação

**Ponto 11. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**

- . Proposta de Lei n.º 44/XII.
  - SINTAP

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

Ponto 12. **LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)**

. (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)

- Declarações

Ponto 13. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

**\* CULTURA**

- No período que decorreu entre a última reunião e a de hoje, estive presente em várias iniciativas... No dia 15 de Abril, no Almoço Comemorativo do 74.º Aniversário da Banda de Soure... Pareceu-nos que o ambiente que se “vive” é de confiança no futuro...

- No dia 14 de Abril, com o Senhor Vereador, Américo Nogueira, assistimos a alguns “momentos” de um Torneio de Jovens Sub 14, no âmbito das Comemorações do 33.º Aniversário da Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Casal do Redinho...

- Também no dia 14 de Abril, conjuntamente com os Senhores Vereadores, Santos Mota e Mário Jorge Nunes, estivémos presentes numa das acções do programa comemorativo do 78.º Aniversário da Associação Recreativa e Musical 04 de Abril do Carvalhal de Azóia.

**\* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

... Festival do Cabrito 2012... o actual Presidente de Terras de Sicó, o Senhor Eng.º Narciso Mota, enviou-nos uma cópia da carta, “leve”, que enviou ao responsável da Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal, porque essa entidade se terá esquecido, injusta e incompreensivelmente, do Cabrito do Sicó!!!...

**\* INVESTIMENTOS MUNICIPAIS**

É evidente um razoável grau de execução na generalidade, sendo que se houver alguma derrapagem de prazo(s), deverá ser pouco significativa...

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

**\* REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA - ENSAIO**

No dia 04 de Abril, ocorreu a Reunião no Ministério da Justiça sobre o Ensaio relativo à Estrutura Judiciária... Fiz-me acompanhar de dois Advogados da Comarca de Soure, o Dr. Alves de Carvalho e o Dr. Virgílio Costa... Devo dizer que estive indeciso, até à última da hora, se deveria ser eu próprio ou um Senhor Vereador a representar o Município... isto porque havia indicação do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de que o acordado com o Ministério da Justiça era que seríamos recebidos pela Senhora Ministra e/ou pelo Senhor Secretário de Estado... que, assim não sendo, não deveriam estar presentes os Presidentes de Câmara... Falei com os Senhores Presidentes de vários Municípios que estão, nos termos deste ensaio, também “ameaçados” de encerramento do Tribunal... Porém, sendo um processo que estava a ser acompanhado directamente, por mim, achei por bem ir eu próprio... sendo certo que, no início da reunião, adiantei ao Senhor Chefe de Gabinete que o Senhor Presidente estava presente em representação do Município porque considerava que, mais importante do que um compromisso institucional entre os Municípios, era o compromisso que eu tinha com os cidadãos de Soure e que assim sendo, entendi que deveria ser eu quem os devia representar...

Nessa reunião fomos recebidos pelo Chefe de Gabinete da Senhora Ministra, Dr. João Miguel de Barros, pelo Director Geral de Administração da Justiça, Juiz Desembargador, Pedro Lima Gonçalves, e, também pela Direcção de Administração da Justiça, a Dra. Eva Jorge... A reunião foi cordial, o Senhor Chefe de Gabinete apresentou-nos a exposição que deve ter feito com todos... “Temos aqui uns estudos, o Senhor Juiz Desembargador vai confirmar, e com base neles...” Ouvimos... Depois falou o Senhor Juiz Desembargador... O Senhor Chefe de Gabinete ouviu-me, tomou notas... Apresentei uma panóplia de argumentos, de acordo com o que já havíamos acordado, aquando da aprovação da Moção de Censura... Os Senhores Advogados que me acompanharam felicitaram-me pela intervenção... À saída o Senhor Chefe de Gabinete da Senhora Ministra disse-nos: “Senhor Presidente, andamos cá todos, há muito tempo... eu sei ler nas entrelinhas, esteja tranquilo que procurei captar a sua mensagem”... Respondi-lhe que tranquilo não estarei se a captação da minha mensagem não significar, em termos práticos, dar razão à minha argumentação ... Vamos continuar a aguardar...

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

Devo, ainda, saudar a forma leal e responsável, com que os Advogados da Comarca de Soure colaboraram neste processo que nos preocupa por igual, pois, acima de tudo, está a defesa dos cidadãos que lhe está subjacente...

O Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, referiu que: “no âmbito da política de proximidade, e a convite de várias Instituições e Associações no nosso concelho, no dia 31 de Março, estivemos na Santa Casa da Misericórdia de Soure, no âmbito das Festas da Páscoa, que se realizaram, pela primeira vez, no edifício da Saibreira. Existem muito boas condições, nomeadamente para este tipo de eventos. No dia 01 de Abril, estivemos no Casal do Barril, numa iniciativa social e desportiva promovida pela Associação e pela Comissão de Festas Local. Esta Comissão é formada por elementos jovens que, no fundo, pretendem revitalizar a Associação que estava um pouco apagada e para isso estão, também, a mobilizar a comunidade, no sentido de ser mais participativa.

No dia 14 de Abril, o Centro Social do Sobral realizou o 1.º Grande Prémio de Carrinhos de Rolamentos Nocturno do Sobral.

Relativamente ao aniversário da Banda de Soure, acompanhei, quase, integralmente todo o programa comemorativo. A Banda de Soure é, acima de tudo, da Freguesia de Soure, uma vez que, a grande maioria dos seus elementos são da periferia da Vila de Soure. Fui surpreendido, positivamente, pela qualidade dos Mestres, Formadores/Professores da Escola de Música, que têm apresentado grande qualidade, uma sensibilidade e um cuidado muito grande no trabalho que têm desenvolvido com os jovens/crianças, que estão a adquirir novas competências, quer ao nível musical, quer ao nível humano.

A Direcção da Banda de Soure é formada por pessoas com bastante experiência no associativismo sourense. Nota-se uma grande vontade, dinâmica em dignificarem, ainda mais, esta instituição. Têm programado promoverem uma grande diversidade de iniciativas de âmbito cultural. É com orgulho e satisfação ver a Banda Soure com grande vitalidade e qualidade.

Como sabem, a voz é um veículo fundamental para comunicarmos. Para quem exerce determinadas funções é considerado um instrumento de trabalho, nomeadamente para quem ocupa cargos políticos, como é o nosso caso. Hoje é o Dia Mundial da Voz e somos alertados, sensibilizados para alguns cuidados a ter com a voz, como o uso não excessivo e elevado da voz, o não fumar e uma hidratação frequente, são apenas alguns exemplos.”

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no dia 14 de Abril, estive presente no 34.º Aniversário da Associação do Casal do Redinho, onde assisti a uma Peça de Teatro, protagonizada pelo Grupo de Teatro da Associação 1.º de Maio Alfarelense, “Médico à Força”. No dia 15 de Abril, estive ainda presente no almoço convívio e assisti à actuação do Grupo de Cordas e Cantares da Associação do Casal do Redinho. Trata-se de uma Escola de Música recente, mas já com um trabalho extremamente interessante. Um grupo intergeracional com uma grande diversidade de idades, desde muito jovens até adultos, com alguma idade. Esta é também uma forma de observarmos os Grupos apoiados no âmbito da política municipal de cultura.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “para além do Xadrez, que o Senhor Presidente da Câmara já fez referência, estive presente no 11.º Aniversário do Núcleo de Árbitros do Concelho de Soure. Participaram neste jantar de Aniversário, cerca de 80 Árbitros e ainda, Dirigentes Nacionais, Distritais e Representantes dos diversos Núcleos ligados à Arbitragem.

A Direcção do Núcleo agradeceu toda a colaboração e apoio do Município. Não só na cedência da sala para instalação da sede, mas também o auditório da Biblioteca Municipal, onde anualmente realizam Palestras e Cursos de Formação de Árbitros de todo o Distrito.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “no dia 13 de Abril, representei o Senhor Presidente de Câmara no Conselho Regional do Centro, desta vez estava anunciada a presença da Senhora Ministra da Agricultura, Ambiente e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, mas não veio, estiveram presentes o Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, Almeida Henriques, que é o coordenador do QREN a nível nacional e o Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Pedro Afonso de Paulo. A reunião acabou por centrar-se em dois temas, dos vários que constavam da Ordem de Trabalhos. Um prendia-se com a Operação Limpeza do QREN, o risco da Região Centro perder 170.000.000,00 euros de Fundos Comunitários... Em termos de dinâmica empresarial, a Região Centro tem sido das Regiões de objectivo de convergência onde o QREN funciona a 100%, tem sido a Região que mais Candidaturas tem apresentado e tem tido uma boa actividade.

A nível da contabilização por Municípios, há de facto o risco de se perder, nesta operação limpeza, a quem não executa o QREN, algum dinheiro. Penso que aquilo

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

que a maior parte dos Presidentes de Câmara presentes que entrevistam, e outros Dirigentes, é no sentido de os cortes não serem aritméticos, não serem matemáticos, de haver alguma consciencialização de que cada Sub-Região tem as suas especificidades e poderá haver alguns sectores que, ainda assim, merecem que continuem a movimentar dinheiro...

O Município de Soure, ultrapassa, neste momento, aquilo que tinha assumido para o período 2008/2011, ou seja, em 2011 já estávamos a executar por conta do período de 2012/2013, portanto, iremos chegar ao 2013 antecipadamente com as nossas obras concluídas e com o investimento feito. Haverá outros Municípios, de maior dimensão que o nosso, onde a percentagem de execução anda nos 30%/40% daquilo que era o compromisso...

Aquilo que foi tentado transmitir ao Governo de Portugal, na presença dos dois representantes, é de que esse dinheiro ficasse na Região, ou seja, a haver reforço que seja da componente pública, Municípios, para o sector empresarial privado que tem respondido bem, em detrimento do sector público, Autarquias, que têm respondido menos bem poderão assim não poder concorrer à tal bolsa de mérito, porque esta Lei dos Compromissos e Pagamentos, não ajuda nada irmos à bolsa de mérito, não havendo meios libertos, não à acesso a candidaturas.

Espera-se que seja reforçado o Ciclo Urbano da Água e o Saneamento Básico porque haverá a possibilidade então de saírem do PO Regional todos os Programas dessa linha de financiamento e passar para o POVT...

Mudando de sector e passando agora para o Ordenamento do Território, houve uma promessa, mas também já não é a primeira vez que a ouço, já em anteriores Governos a ouvi, que terá que haver agilização dos procedimentos em termos de Ordenamento do Território. A maior parte dos Municípios que estão a fazer a sua Revisão dos PDM estão a fazê-lo a uma média dez/onze anos. Penso que há três ou quatro Municípios, no conjunto dos oitenta e oito, na Região Centro que não estão com os seus PDM em Revisão, Soure é um deles... Penso que dos outros oitenta e cinco que estão em Revisão, ainda ninguém conseguiu acabar nenhuma Revisão...

Está em vias de aprovação o PROT. Nós já tínhamos aprovado, numa Reunião de Câmara, a aprovação do PROT para o qual o próprio Município de Soure fez os seus contributos... O PROT que está aprovado para o Centro e que está para a homologação ministerial, afinal ainda vai ter que levar mais dois ou três acertos e depois dele estar definitivamente aprovado, todos os PDM que estão para Revisão terão que ser revistos novamente para se adequarem ao PROT... Fica a ideia e a promessa que os processos serão mais ágeis, mais fáceis, porque andam não sei quantos Departamentos Ministeriais a pedir os mesmos papéis e a duplicar os



***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

mesmos serviços, portanto, esta é que é a verdadeira reforma da Administração, para que gastassem menos tempo e energias, para tratar dos mesmos assuntos...”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO  
. CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO  
- Escolhas de Procedimento Prévio**

**3.1. Aquisição de Equipamento Informático**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO  
CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO  
• REGULAMENTO ESPECÍFICO REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO  
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista ao fornecimento em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

**1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 5.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e que a Autarquia não dispõe de recursos próprios que permitam obter os bens em causa, cf. n.º 2 do art. 127.º do CCP.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.02.07.01.03.05 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 01.002 2010/206.

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

**2. PROCESSO**

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

**3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes entidades:

- Realestudo, Lda.;
- Anabela Conceição Ramalho Santos Contente;
- Carlos Manuel Carvalho Mendes;
- Areal Editores, SA;
- Konica Minolta, SA.

**4. JÚRI**

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Vítor Miranda, Eng.;
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
28/03/2012

\* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

DESPACHO:  
À Reunião de Câmara.  
A Vereadora \*,  
(Ana Maria Treno, Dra.)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----*

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

### **3.2. Aquisição de Material Didáctico**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

**CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO**

- REGULAMENTO ESPECÍFICO REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**
  - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁCTICO**
  - ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista ao fornecimento em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

#### **1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 4.600,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e que a Autarquia não dispõe de recursos próprios que permitam obter os bens em causa, cf. n.º 2 do art. 127.º do CCP.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.02.07.01.03.05 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 01.002 2010/206.

#### **2. PROCESSO**

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

#### **3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Areal Editores, S.A.;
- Luís Coelho, Unipessoal;
- Trisca - Material Didáctico, Lda;
- Clasus, Lda.

#### **4. JÚRI**

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Rui Fernandes, Arq.
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
28/03/2012

DESPACHO:  
À Reunião de Câmara.  
A Vereadora \*,  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
30.03.2012

\* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----*

### **3.3. Aquisição de Mobiliário**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

**CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO**

- **REGULAMENTO ESPECÍFICO REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**
  - **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO**
  - **ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista ao fornecimento em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

#### **1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 13.666,40 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e que a Autarquia não dispõe de recursos próprios que permitam obter os bens em causa, cf. n.º 2 do art. 127.º do CCP.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

## ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Abril de 2012***

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.02.07.01.03.05 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 01.002 2010/206.

### **2. PROCESSO**

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

### **3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Seixas & Simões, Lda.;
- Culturalis Borgeaud - Equipamentos de Bibliotecas, Lda.;
- Movelobo - Mobiliário e Expositores, Lda.;
- MLM - Mobiliário, Lda.;
- Inovesk - Mobiliário de Escritório, Lda.;
- Lemis Ibérica;
- S & M - Seixas e Maria, Lda.

### **4. JÚRI**

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Rui Fernandes, Arq.
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
28/03/2012

DESPACHO:  
À Reunião de Câmara.  
A Vereadora \*,  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
30.03.2012

\* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----*



**7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012**

A Câmara Municipal tem deliberado apoiar com 1/8 de página de publicidade, nas “Plaquettes” (Livros de Curso), onde a Autarquia deseja **Felicidades Académicas** aos estudantes universitários do Concelho de Soure, de acordo com o exemplar anexo.

Até esta data e relativamente ao ano lectivo em curso, deram entrada sete pedidos, registados no mapa que se junta.

À consideração superior.  
O Técnico Superior  
Luís Duque  
Soure, 10 de Abril de 2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----*

**Ponto 5. CULTURA**

. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXVIII ANIVERSÁRIO

Foi presente a seguinte Proposta:

***Proposta***

**Assunto: CULTURA**

. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXVIII ANIVERSÁRIO

À semelhança dos anos anteriores, foram já realizadas algumas reuniões de trabalho, com o objectivo de preparar as 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXVIII ANIVERSÁRIO.

Nestas reuniões, coordenadas pela **CÂMARA MUNICIPAL**, participou uma Comissão constituída por representantes das várias Instituições Escolares do Concelho e por um grupo de Deputados Municipais, conforme deliberação da Assembleia Municipal, reunida em 28.02.2012.

Esta Comissão concordou, por unanimidade, com a realização das actividades propostas pela **CÂMARA MUNICIPAL** e que constam do Programa em anexo.

Considerando a importância do evento a comemorar e o envolvimento no Programa, quer da comunidade em geral, quer da população escolar e agentes culturais do Concelho,

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

propõe-se a concretização das suas Actividades, bem como a aprovação das despesas correspondentes, previstas nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2012.

A Vereadora\*  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
2012.04.09

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de aprovarmos o Programa de Comemorações do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril de 1974 que nos é proposto pela Comissão eleita na Assembleia Municipal, coordenada pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, bem como de autorizar a realização das despesas dele decorrentes, sensivelmente 1.500,00 euros...

Releve-se que é nos períodos de ambiência social mais difícil que devemos ser mais exigentes com os princípios em que acreditamos... comemorar Abril, com sentido de responsabilidade e com respeito pela história, é também, em si mesmo, uma forma de sermos exigentes... E se sempre o fizemos, só podíamos, naturalmente, continuar a fazê-lo...”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar o Programa proposto, assim como autorizar a realização das despesas dele decorrentes.*-----

**Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . Instituto Pedro Hispano
- Escola de Referência Desportiva de Xadrez

**6.1. Campeonato Distrital de Jovens**

*Foi tomado conhecimento.*-----

**6.2. Campeonato Nacional de Jovens**



***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

*Foi tomado conhecimento.-----*

**Ponto 7. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**  
    . RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE  
    . Freguesia de Soure  
    . Remodelação da Rede de Distribuição de Energia de Soure  
      - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
RAMAIS / BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE  
FREGUESIA DE SOURE  
REMODELACÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE SOURE  
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de 28.11.2011, à empresa **Helenos, S.A.**, pelo valor de **4.387,01 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Engº.)  
30.03.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória,  
conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

**Ponto 8. URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**  
    . PROLONGAMENTO DE REDE  
    . Pedrógão do Pranto - Troço da EM 621  
      - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
PROLONGAMENTO DE REDE  
PEDRÓGÃO DO PRANTO – TROÇO DA EM 621  
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 16.11.2006 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
30.03.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 9. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO, EMISSÁRIO DE FIGUEIRÓ/BELIDE E CONCLUSÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE MARACHÃO
- . Construção de PT
  - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**  
**ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO, EMISSÁRIO DE FIGUEIRÓ / BELIDE E CONCLUSÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE MARACHÃO**  
**CONSTRUÇÃO DE PT**  
**HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
30.03.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 10. SERVIÇOS MUNICIPAIS**

- Aquisição de Equipamento Informático

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

**10.1. Ajuste Directo**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS  
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO  
- PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Nos últimos anos tem-se vindo a registar, de forma cada vez mais acentuada, uma mudança na forma como os Serviços reportam a sua informação às várias entidades. Actualmente os Serviços enviam toda a informação de forma digital, através de portais electrónicos criados para o efeito. A título exemplificativo, temos o envio de mapas mensais na aplicação electrónica SIAL da DGAL, o envio da Prestação de Contas do Município no portal electrónico do Tribunal de Contas, a submissão das taxas de IML e respectivas majorações e minorações no portal da DGCI, entre outros.

Isto obriga a que os Serviços mantenham um permanente acompanhamento dos elementos reportados, confirmando que os mesmos se encontram devidamente registados e validados pelas diversas entidades. Estas tarefas são, naturalmente, muitas das vezes desenvolvidas fora do horário e local de trabalho.

Assim, sugere-se a aquisição de dois equipamentos portáteis que permitam, de forma ainda mais eficaz, o reporte e o respectivo acompanhamento de toda a informação enviada por via electrónica.

Com vista ao fornecimento em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

**1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, pelo regime simplificado, uma vez que o preço base é de 1.500,00 euros, inferior ao limite máximo de 5.000,00 euros estabelecido para o recurso a esta figura, cf. artigo 128º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que dispensa quaisquer formalidades previstas no referido Código.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.01.11.02..

**2. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes entidades:

- Realestudo, Lda.;
- Anabela Conceição Ramalho Santos Contente;
- Carlos Manuel Carvalho Mendes.

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

29/03/2012

DESPACHO:  
De acordo.  
À Reunião de Câmara, para ratificação.  
O Vereador \*,  
(Mário Jorge Nunes)  
29.03.2012

\* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes.*-----

## 10.2. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS**  
**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO**  
**- ADJUDICAÇÃO**

Por despacho, de 29.03.2012, do Sr. Vereador Mário Jorge Nunes, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do fornecimento acima mencionado.

As empresas consultadas apresentaram as seguintes propostas:

EMPRESA	VALOR
Realestudo, Lda.	1.370,00 euros
Anabela Conceição Ramalho Santos Contente	1.347,92 euros
Carlos Manuel Carvalho Mendes	1.340,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior preço base definido (1.500,00€), sugerimos a adjudicação do presente fornecimento à entidade **Carlos Manuel Carvalho Mendes**.

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012***

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

**CONCLUSÃO**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A adjudicação do presente fornecimento à empresa “Carlos Manuel Carvalho Mendes”;
2. Autorização para a realização da despesa no valor de 1.340,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,  
O Técnico-Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
03.04.2012

DESPACHO:  
Adjudique-se.  
À Reunião de Câmara, para ratificação.  
O Vereador \*,  
(Mário Jorge Nunes)  
04.04.2012

\* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes.*-----

**Ponto 11. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA  
. Proposta de Lei n.º 44/XII.  
- SINTAP**

*Foi tomado conhecimento.*-----

**Ponto 12. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)  
. (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)  
- Declarações**

**7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)**  
**(Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)**  
**- Envio de Declarações**

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 16.03.2012, enviam-se em anexo, as Declarações emitidas pelos Serviços de Contabilidade, previstas no artigo 15.º da Lei supra-referenciada:

- Declaração de que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro de 2011 se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;
- Declaração, com identificação de forma individual, de todos os pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2011.

À Consideração Superior,  
Os Serviços de Contabilidade,  
(Ivo Costa, Dr.)  
22.03.2012

À Reunião de Câmara.  
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)  
2012-03-28

**DECLARAÇÃO**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro), declaram-se, com identificação de forma individual em anexos, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2011:

- Anexo A - Pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2011;
- Anexo B - Recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2011.

O Presidente da Câmara,  
(João Gouveia, Dr.)

**DECLARAÇÃO**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro), declara-se que os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro de 2011 se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, pelos seguintes montantes globais:

Valores em €	
Ano	Montante
2012	6.512.380

**7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012**

2013	6.648.350
2014	1.750.550
Seguintes	44.600

O Presidente da Câmara,  
(João Gouveia, Dr.)

e

**Assunto: - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)**  
**(Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)**  
**. Declarações e plano de liquidação de pagamentos em atraso**

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-nos informar:

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Esta Lei entrou em vigor no dia 22 de Fevereiro de 2012.

Dispõe este diploma no art. 10.º que "as entidades devem fornecer toda a informação sobre os compromissos e pagamentos em atraso", nomeadamente cumprir com as obrigações previstas nos artigos 15.º e 16.º, referentes às declarações e ao plano de liquidação de pagamento em atraso.

Neste sentido, até ao dia 23 de Março de 2012, os Municípios devem proceder nos termos da al a) e da al b) do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. Assim, devem:

- Emitir declaração que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;
- Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro do ano anterior.

Segundo o n.º 2 al c) do mesmo artigo, até 30 de Março, de 2012 as declarações devem ser enviadas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

Estas declarações devem ser publicitadas na Internet no site do Município e devem integrar o respectivo relatório e contas (cfr. n.º 3 do art. 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).

Refira-se que:

A violação de qualquer uma das disposições supra mencionadas constitui infracção disciplinar (cfr. n.º 4 do art. 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).

De acordo com o art. 16.º da mesma Lei, os Municípios com pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2011, têm de apresentar um plano de liquidação de pagamentos, até 90 dias após a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, à Direcção-Geral da Administração Local (DGAL), ou seja até ao dia 21 de Maio de 2012.

**SALIENTE-SE:**

**7.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 16 de Abril de 2012**

Que o plano de pagamentos com carácter plurianual está sujeito à autorização prévia da Assembleia Municipal, o que implica *a priori* passar pelas seguintes fases:

- elaboração pelo dirigente da área financeira;
- aprovação pelo Presidente de Câmara, enquanto entidade competente para autorizar pagamentos,
- aprovação pela Câmara com vista à submissão da Assembleia Municipal a tempo de ser remetido dentro dos 90 dias após a entrada em vigor da lei.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 14 de Março de 2012

A Técnica Superior,  
(**Susana Ramos**)

Ao D.A.G.F.R.H.

Ao c/Ivo Costa, Dr.

⇒ Deverão os Serviços de Contabilidade proceder em  
Conformidade.

(João Gouveia, Dr. - Presidente Câmara)  
(2012-03-16)

Obs: - Cópia à Chefia de Gabinete

O Senhor Presidente referiu que: “pedi que vos fosse distribuída uma cópia da nova Lei, e da informação jurídica solicitada sobre a mesma...

Trata-se de uma Lei com cujos objectivos não poderíamos estar mais de acordo... mas, no plano operacional, tudo aponta, virá criar um grave conjunto de dificuldades acrescidas às Autarquias!!!...

Observe-se que ainda não foi aprovado o Decreto-Lei que virá “regulamentar” esta nova Lei...

Releve-se também que, mesmo nesta ambiência, os Serviços Municipais estão a procurar agir em conformidade...”

*Foi tomado conhecimento.*-----